

Rumo Malha Oeste S/A - RMO

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.



São Paulo Corporate Towers
Av. Presidente Juscelino Kubitschek, 1.909
Vila Nova Conceição
04543-011 - São Paulo - SP - Brasil

Tel: +55 11 2573-3000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Rumo Malha Oeste S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras da Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do período corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os

resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme mencionado nas notas explicativas 5.4. e 6.1 às demonstrações financeiras, a Companhia reconhece sua receita de transporte e prestação de serviços de acordo com os ciclos de transporte e da prestação de serviços, observando o período de competência. A receita é negociada desde a sua contratação, já havendo um cálculo prévio com base na distância e peso a ser transportado, e o preço negociado entre as partes. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o total da receita líquida e o saldo bruto do contas a receber, nesta mesma data eram R\$82.717 mil e R\$17.116 mil, respectivamente.

O monitoramento desse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos em relação à demonstração do resultado e ao ativo financeiro da Companhia, bem como em relação à sua magnitude, além dos potenciais efeitos decorrentes de diferenças entre o período de competência e o período efetiva de prestação dos serviços.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do ambiente de controles internos relativos ao reconhecimento de receita de transporte e da prestação de serviços, observando os limites das tarifas reguladas; (ii) a avaliação do desenho dos controles internos implementados pela Companhia para garantir o registro adequado das transações de receita, incluindo as análises de corte no reconhecimento da receita (cut-off); (iii) envolvimento de profissionais de auditoria mais experientes na definição da estratégia de testes, avaliação da documentação suporte de auditoria e na supervisão dos procedimentos de auditoria executados. Adicionalmente, i) testamos documentalmente, por amostragem, as informações que deram suporte ao reconhecimento de receita operacional da Companhia; ii) análise do corte da receita entre os exercícios sociais, considerando o período da prestação de serviço e o período de competência do reconhecimento dessa receita, através de procedimentos substantivos analíticos e expectativas de acordo com os prazos de transporte esperados; iii) comparação, por amostragem, dos preços negociados entre as partes, observando as tarifas aprovadas pelo poder concedente; iv) comparação da premissa de transporte médio estimado pela Companhia com o transporte médio real; v) procedimentos analíticos para desenvolver uma expectativa independente baseada no comportamento histórico dos saldos em análise; e vi) reconciliação do saldo de receita com os registros contábeis. Analisamos, ainda, a exatidão dos cálculos aritméticos. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade reversão de uma parcela da receita de prestação de serviços, sendo este ajuste não registrado pela administração tendo em vista sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Por fim, avaliamos a adequação das divulgações das notas explicativas 5.4 e 6.1 às demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2020.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre os valores de receita, na demonstração de resultado, e respectivo saldo de contas a receber, no ativo, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 5.4 e 6.1, são aceitáveis, no contexto



das demonstrações financeiras, tomadas em seu conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no pronunciamento técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

Os exames das demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentados para fins de comparação, foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório sem modificação, datado de 20 de fevereiro de 2020.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

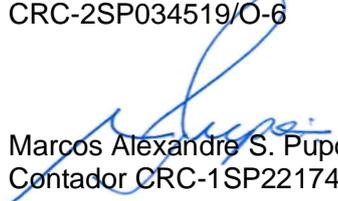
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do período corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 17 de março de 2021.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP034519/O-6



Marcos Alexandre S. Pupo
Contador CRC-1SP221749/O-0

RUMO MALHA OESTE – RUMO MALHA OESTE S.A.
RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 31 DE DEZEMBRO DE 2020

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, a Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia”) controlada da Rumo S.A. (“Rumo” ou “Controladora”) submete à apreciação de seus acionistas, o Relatório da Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório dos auditores independentes sobre Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Relacionamento com os auditores externos

A política da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes. Em atendimento à Instrução CVM nº 381/03, informamos que não tiveram outros serviços contratados junto aos nossos auditores independentes, Ernst & Young Auditores Independentes S.S. e suas partes relacionadas, além dos honorários para o exame das demonstrações financeiras da Companhia.

Segmentos operacionais

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Análise do resultado do exercício de 2020

O principal tomador de decisões operacionais passou a analisar a nova Companhia por segmentos operacionais que diferem da informação individual dessas Demonstrações Financeiras Intermediárias. Desta forma, está disponível no site da Companhia e na CVM o relatório da Administração da Controladora Rumo o qual contempla todos os segmentos.

Resultado (Valores em R\$ MM)	4T20	4T19	Var. %	12M20	12M19	Var. %
Receita Líquida	21,6	24,0	-10,0%	82,7	98,9	-16,4%
Custos dos serviços prestados	(22,3)	(20,8)	7,2%	(90,6)	(96,2)	-5,8%
Lucro Bruto	(0,7)	3,2	-121,9%	(7,9)	2,7	-392,6%
Margem Bruta (%)	-3%	13%	-16,6 p.p.	-10%	3%	-12,3 p.p.
Despesas com Vendas, Gerais e Administrativas	(2,0)	(1,9)	5,3%	(6,9)	(6,8)	1,5%
Outras (despesas) receitas operacionais, líquidas	(19,6)	(1,7)	n.a.	(158,1)	(17,1)	n.a.
Depreciação e perda por valor recuperável	16,1	2,8	479,1%	171,9	38,3	348,9%
EBITDA	- 6,2	2,4	-360,5%	- 1,0	17,1	-105,8%
Margem EBITDA (%)	-28,7%	9,9%	-38,6 p.p.	-1,2%	17,3%	-18,5 p.p.
Resultado Financeiro Líquido	(16,8)	(25,0)	-32,8%	(76,7)	(109,8)	-30,1%
Prejuízo Líquido	(39,1)	(25,4)	53,9%	(249,6)	(131,0)	90,5%

No trimestre findo em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$ 21,6 milhões, uma redução de 10,0% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2019, em decorrência da queda na demanda de transporte agrícolas e industriais combinado com redução de tarifa e acidentes. O EBITDA foi negativo de R\$ 6,2 milhões, piora de mais de 100% em relação ao trimestre findo em 31 de dezembro de 2019, quando era positivo em 2,4 milhões. A Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$ 39,1 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2020 comparado a um prejuízo líquido de R\$ 25,4 milhões no trimestre findo em 31 de dezembro de 2019, o que representou uma variação de 53,9%. O Principal impacto no resultado da Malha Oeste é explicado pelo reconhecimento de *impairment* durante 2020 de R\$ 144 milhões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a receita operacional líquida atingiu R\$82,7 milhões, um decréscimo de 16,4% em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, impactada pelo decréscimo de volume transportado, acidentes e de tarifas. O EBITDA foi de R\$ 1,0 milhões negativo. A Companhia apresentou prejuízo de R\$249,6 milhões no exercício findo de 31 de dezembro de 2020, comparado a um prejuízo de R\$131,0 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

Rumo Malha Oeste S.A.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Ativos			
Caixa e equivalentes de caixa	5.2	11.927	37.222
Títulos e valores mobiliários	5.3	306	3.295
Contas a receber de clientes	5.4	17.116	8.115
Estoques		5.717	3.908
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		204	814
Outros tributos a recuperar	5.9	6.119	10.425
Adiantamento a fornecedores		29	31
Debêntures privadas	5.5	50.504	148.321
Outros ativos		2.579	2.914
Ativo circulante		94.501	215.045
Caixa restrito	5.3	660	1.022
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		20.986	22.313
Outros tributos a recuperar	5.9	13.120	10.264
Depósitos judiciais	5.12	45.215	40.382
Adiantamento a fornecedores		317	176
Outros ativos		1.593	2.650
Direito de uso	5.10.2	-	1.049
Imobilizado	5.10.1	-	98.404
Ativo não circulante		81.891	176.260
Total do ativo		176.392	391.305

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Balanço Patrimonial

(Em milhares de Reais - R\$)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Passivos			
Empréstimos e financiamentos	5.6	-	16.576
Fornecedores	5.8	20.244	15.757
Ordenados e salários a pagar		4.863	6.509
Outros tributos a pagar		784	1.329
Adiantamento de clientes		551	551
Outros passivos financeiros	3.1.c	9.704	2.116
Outras contas a pagar		4.263	5.442
Passivo circulante		40.409	48.280
Empréstimos e financiamentos	5.6	-	10.806
Provisão para demandas judiciais	5.12	38.132	37.138
Passivo de arrendamento	5.7	179.568	216.096
Arrendamentos e concessões	5.13	1.617.764	1.528.238
Outras contas a pagar		1.755	2.357
Passivo não circulante		1.837.219	1.794.635
Total do passivo		1.877.628	1.842.915
Patrimônio líquido	5.14		
Capital social		551.915	551.915
Reserva de capital		17.566	17.566
Ajustes de avaliação patrimonial		-207	-255
Prejuízos acumulados		-2.270.510	-2.020.836
Total do patrimônio líquido		-1.701.236	-1.451.610
Total do passivo e patrimônio líquido		176.392	391.305

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos resultados para o exercício findo em

(Em milhares de Reais – R\$, exceto resultado por ação)

	Nota	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida	6.1	82.717	98.857
Custos dos serviços prestados	6.2	-88.565	-96.236
Lucro (prejuízo) bruto		-5.848	2.621
Despesas comerciais	6.2	-6	33
Despesas gerais e administrativas	6.2	-6.936	-6.872
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	6.3	-160.187	-17.084
Despesas operacionais		-167.129	-23.923
Resultado antes do resultado financeiro líquido e do imposto de renda e contribuição social		-172.977	-21.302
Despesas financeiras		-83.665	-125.455
Receitas financeiras		6.968	15.680
Resultado financeiro líquido	6.4	-76.697	-109.775
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social		-249.674	-131.077
Imposto de renda e contribuição social	5.11		
Corrente		-	-10
		-	-10
Resultado do exercício		-249.674	-131.087
Resultado por ação:	6.5		
Por ação ordinária		-0,52183	-0,27398
Por ação preferencial		-0,52183	-0,27398

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (passivo a descoberto)

(Em milhares de Reais - R\$)

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 01 de janeiro de 2020	551.915	17.566	-255	-2.020.836	-1.451.610
Resultado do exercício	-	-	-	-249.674	-249.674
Outros resultados abrangentes:					
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de pensão	-	-	48	-	48
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	48	-249.674	-249.626
Saldo em 31 de dezembro de 2020	551.915	17.566	-207	-2.270.510	-1.701.236

	Capital social	Reserva de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
Saldo em 31 de dezembro de 2018	551.915	17.566	-213	-1.677.707	-1.108.439
Adoção inicial a norma CPC 48 / IFRS 9	-	-	-	-212.042	-212.042
Saldo em 01 de janeiro de 2019	551.915	17.566	-213	-1.889.749	-1.320.481
Resultado do exercício	-	-	-	-131.087	-131.087
Outros resultados abrangentes:					
Ganhos (Perdas) atuariais com plano de pensão	-	-	-42	-	-42
Total de outros resultados abrangentes, líquidos de impostos	-	-	-42	-131.087	-131.129
Saldo em 31 de dezembro de 2019	551.915	17.566	-255	-2.020.836	-1.451.610

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em

(Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	-249.674	-131.077
Ajustes para:		
Depreciação e perda por valor recuperável	171.936	38.296
Provisão para participações nos resultados e bônus	633	2.272
Provisão de demandas judiciais	6.152	4.092
(Ganho) perda por Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	28	-226
Créditos fiscais extemporâneos	-773	-2.459
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	77.001	111.151
Outros	-3.173	-1.878
	2.130	20.171
Varição em:		
Contas a receber de clientes	-5.026	6.797
Adiantamentos de clientes	-	-25.602
Outros tributos, líquidos	2.844	12.810
Estoques	-1.752	703
Ordenados e salários a pagar	-2.585	-2.267
Fornecedores	486	-23.897
Adiantamentos a fornecedores	-139	67.028
Provisão para demandas judiciais	-7.382	-9.103
Outros passivos financeiros	7.179	-55
Outros ativos e passivos, líquidos	-15.467	-14.147
	-21.842	12.267
Caixa líquido gerado (aplicado) nas atividades de operacionais	-19.712	32.438
Fluxo de caixa de atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários	3.332	17.796
Caixa restrito	361	931
Adições ao imobilizado e intangível	-56.127	-43.258
Debêntures privadas	102.530	51.558
Caixa líquido gerado nas atividades de investimento	50.096	27.027
Fluxo de caixa de atividades de financiamento		
Amortização de principal de empréstimos e financiamentos	-28.030	-19.566

Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos	-763	-2.712
Amortização de principal de passivo de arrendamento	-26.886	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento	-55.679	-22.278
Acréscimo líquido em caixa e equivalentes de caixa	-25.295	37.187
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	37.222	35
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	11.927	37.222

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

Rumo Malha Oeste S.A.

Demonstrações dos valores adicionados para o exercício findo em (Em milhares de Reais - R\$)

	31/12/2020	31/12/2019
Receitas		
Vendas de produtos e serviços líquidas de devoluções	93.343	113.601
Outras receitas operacionais, líquidas	7.148	285
Ganhos (perdas) estimadas em créditos de liquidação duvidosa	-28	226
	100.463	114.112
Insumos adquiridos de terceiros		
Custos dos serviços prestados	-38.379	-33.743
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	-12.073	-5.346
Perda por valor recuperável de ativos	-158.426	-16.815
	-208.878	-55.904
Valor adicionado bruto	-108.415	58.208
Retenções		
Depreciação e amortização	-13.510	-21.481
	-13.510	-21.481
Valor adicionado líquido produzido	-121.925	36.727
Valor adicionado recebido em transferência		
Receitas financeiras	6.968	15.680
	6.968	15.680
Valor adicionado total a distribuir	-114.957	52.407
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	29.314	32.260
Remuneração direta	21.048	23.607
Benefícios	7.178	7.597
FGTS	1.088	1.056
Impostos, taxas e contribuições	15.107	19.162
Federais	9.631	11.002
Estaduais	4.087	6.956
Municipais	1.389	1.204

Remuneração de capitais de terceiros	90.296	132.072
Juros	83.665	125.455
Aluguéis e arrendamentos do contrato de concessão	6.631	6.617
Remuneração de capitais próprios	-249.674	-131.087
Resultado do exercício	-249.674	-131.087
	-114.957	52.407

As notas explicativas são parte integrante destas demonstrações financeiras.

1 Informações da companhia

1.1 Contexto operacional

A Rumo Malha Oeste S.A. (“Companhia” ou “Rumo Malha Oeste”) é uma sociedade por ações brasileira, com registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) concedido em 20 de outubro de 1998, estabelecida e domiciliada no Brasil, com sede em São Paulo – SP, que opera no segmento de transporte ferroviário nos estados do Mato Grosso do Sul e São Paulo. A Companhia é uma controlada direta da Rumo S.A. (“Controladora” ou “Rumo”).

A concessão e o contrato de arrendamento de ativos ferroviários da Companhia se encerram em junho de 2026.

a) Restrições e condições de operação na concessão outorgada à Companhia

A Companhia está sujeita ao cumprimento de certas condições previstas no contrato de concessão, tais como: não efetuar sub-concessão; submeter-se à fiscalização permanente da União; cumprimento de normas, especificações técnicas e padrões nacionais do Ministério dos Transportes; cumprir todas as disposições legais aplicáveis aos serviços concedidos, especialmente aquelas relativas à proteção do meio ambiente.

1.2 Informações sobre grupo

A Companhia é controlada direta da Rumo S.A. (“Rumo”), que detém 100% do seu capital. A controladora final da companhia é a Cosan Limited, listada na Bolsa de Nova York, ou “NYSE” (ticker — CZZ).

1.3 Considerações sobre a continuidade operacional

Quando da elaboração das demonstrações financeiras, a Administração fez uma avaliação sobre a capacidade de continuidade operacional da Companhia no futuro previsível. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia apresentou um prejuízo de R\$ 249.674 e passivo a descoberto de R\$ 1.701.236.

A gestão de caixa da Companhia é feita de forma centralizada e numa visão consolidada na Rumo, sendo que eventuais necessidades de caixa são supridas pelo controlador ou demais empresas do grupo quando necessário, os quais têm a capacidade de suprir a Companhia com a liquidez necessária, seja através de mútuos ou aumento de capital, para a liquidação das suas obrigações de curto prazo. Dessa forma não há risco de continuidade operacional no curto prazo.

Em 21 de julho de 2020, a Companhia, em conjunto com sua controladora Rumo S.A., protocolou junto a Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT), pedido de adesão a um processo de relicitação à terceiros do objeto do Contrato de Concessão celebrado entre a Malha Oeste e a União, por intermédio do Ministério dos Transportes (“Processo de Relicitação”), nos termos da Lei nº 13.448 de 5 de junho de 2017 e regulamentada pelo Decreto nº 9.957 de 07 de agosto de 2019.

2 Bases de preparação e políticas contábeis gerais

Essa seção fornece informações sobre bases gerais de preparação, que Administração julga úteis e relevantes para o entendimento destas demonstrações financeiras:

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações, as normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

As informações relevantes das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela Administração em sua gestão.

A apresentação das Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Estas demonstrações financeiras são preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

Certos montantes dos saldos comparativos na nota 6.2 – “Custos e despesas por natureza” e nota 6.4 – “Resultado financeiro” foram reclassificados para melhorar o nível de detalhamento das divulgações nessas demonstrações financeiras. Essas reclassificações tiveram impactos insignificantes na demonstração financeira da Companhia.

Estas demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão pela Diretoria em 17 de fevereiro de 2020.

2.2 Políticas contábeis gerais

As políticas contábeis específicas estão incluídas nas notas explicativas, enquanto práticas gerais estão descritas abaixo:

a) Uso de julgamentos e estimativas

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas subjacentes são revisadas de maneira contínua e reconhecidas de forma prospectiva, quando aplicável.

As informações sobre julgamentos críticos, premissas e estimativas de incertezas na aplicação de políticas contábeis que tenham efeito mais significativo sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas

individuais.

Julgamentos:

Os julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que no entendimento da Administração têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.7 – Passivo de arrendamento:** Na avaliação do arrendamento se a Companhia tem razoável certeza de exercer opções de prorrogação;

Incertezas sobre premissas e estimativas:

As incertezas relacionadas a premissas e estimativas em 31 de dezembro de 2019 que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício envolvem os seguintes temas:

- **Nota 5.4 – Contas a receber de clientes:** Mensuração de perda de crédito esperada para contas a receber e ativos contratuais: principais premissas na determinação da taxa média ponderada de perda esperada;
- **Nota 5.10 – Imobilizado:** Teste de redução ao valor recuperável de ativos: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- **Nota 5.11 – Imposto de renda e contribuição social:** Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- **Nota 5.12 – Provisão para demandas judiciais e depósitos judiciais:** Avaliação de demandas judiciais e o reconhecimento e mensuração de provisões.
- **Nota 2.3 – Mensuração do valor justo:** Mensuração dos valores justos de ativos e passivos financeiros com base em dados observáveis em mercado.

b) Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia, uma vez que é a moeda do ambiente econômico primário no qual opera, gera e consome dinheiro.

Os ativos e passivos decorrentes de operações no exterior são convertidos para reais utilizando-se as taxas de câmbio da data do balanço. As receitas e despesas das operações no exterior são convertidas para reais utilizando-se as taxas de câmbio nas datas das transações.

2.3 Mensuração do valor justo

A Companhia possui uma estrutura de controle estabelecida com relação à mensuração dos valores justos. Isso inclui uma equipe de avaliação que tem a responsabilidade geral de supervisionar todas as mensurações significativas do valor justo, e reporta diretamente ao Conselho.

A Administração regularmente revisa premissas não observáveis significativas e ajustes de avaliação. Se as informações de terceiros, como cotações de corretoras ou serviços de precificação, forem usadas para mensurar os valores justos, a tesouraria avalia as evidências obtidas de terceiros para apoiar a conclusão de que essas avaliações atendem aos requisitos da política da Companhia, incluindo o nível de hierarquia.

Questões significativas de avaliação são reportadas ao Conselho. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados de mercado observáveis, tanto quanto possível. Os valores justos são categorizados em diferentes níveis em uma hierarquia de valor justo com base nas entradas usadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma.

- **Nível 1:** As entradas representam preços cotados não ajustados para instrumentos idênticos trocados em mercados ativos.

- **Nível 2:** As entradas incluem dados observáveis direta ou indiretamente (exceto os de Nível 1), como preços cotados para instrumentos financeiros similares negociados em mercados ativos, preços cotados para instrumentos financeiros idênticos ou similares trocados em mercados inativos e outros dados observáveis de mercado. O valor justo da maioria dos investimentos da Companhia em valores mobiliário e títulos.
- **Nível 3:** Inputs para o ativo ou passivo que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). A Administração é obrigada a usar suas próprias premissas sobre insumos não observáveis, pois há pouca atividade de mercado nesses instrumentos ou dados observáveis relacionados que possam ser corroborados na data de mensuração.

Todas as estimativas resultantes de valor justo da Companhia estão incluídas no nível 2.

Se os dados usados para mensurar o valor justo de um ativo ou passivo caem em diferentes níveis da hierarquia do valor justo, então a mensuração do valor justo é categorizada em sua totalidade no nível da hierarquia de valor justo com mais subjetividade.

Os valores contábeis e o valor justo dos ativos e passivos financeiros que estão mensurados a valor justo são os seguintes:

	Valor contábil		Ativos e passivos mensurados ao valor justo	
	31/12/2020	31/12/2019	31/12/2020	31/12/2019
			Nível 2	Nível 2
Ativos				
Títulos e valores mobiliários	306	3.295	306	3.295
Total	306	3.295	306	3.295

2.4 Mudanças significativas nas políticas contábeis

A Companhia não promoveu mudanças nas políticas contábeis durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

2.4.1 Novos pronunciamentos, interpretações e alterações

A Companhia não adotou, de forma antecipada, nenhum pronunciamento, interpretação ou alteração emitida que ainda não esteja em vigor. As interpretações e alterações que passaram a vigorar no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não geraram impactos significativos nas demonstrações financeiras da Companhia:

- Alteração do IFRS 16 – CPC 06 (R2) – Operações de Arrendamento Mercantil;
- Alterações nas referências à estrutura conceitual nas normas IFRS;
- Definição de um negócio (alterações ao CPC 15/IFRS 3);
- Definição de materialidade (emendas ao CPC 26/IAS 1 e CPC 23/IAS 8);

2.4.2 Novos pronunciamentos e interpretações emitidos, ainda não vigor

Os pronunciamentos e interpretações emitidos, que ainda não estão em vigor, estão relacionados a seguir. A Companhia pretende adotar os mesmos no prazo de vigência:

- Alterações no IFRS 17 – CPC 50 - Contratos de Seguro;
- Alterações IFRS 9, IAS 39, IFRS17 e IFRS 16 – CPC 06 (R2), CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48.

Não são esperados efeitos materiais decorrentes das alterações

3 Negócios, operações e administração da Companhia

3.1 Objetivos e políticas da gestão de riscos de instrumentos financeiros

Esta nota explica a exposição da Companhia a riscos financeiros e como esses riscos podem afetar o seu desempenho financeiro futuro. As informações de lucros e perdas do exercício atual foram incluídas, quando relevante ao contexto.

Risco	Exposição decorrente de:	Mensuração	Gestão
Risco de mercado - câmbio	(i) Transações comerciais futuras. (ii) Ativos e passivos financeiros reconhecidos não denominados em reais.	(i) Fluxo de caixa futuro (ii) Análise de sensibilidade	Moeda estrangeira e opções de moeda estrangeira
Risco de mercado – juros	Caixa e equivalentes de caixa, títulos de valores mobiliários, caixa restrito, empréstimos e debêntures, arrendamentos, instrumentos financeiros e crédito imobiliário	(iii) Análise de sensibilidade	Swap de juros
Risco de crédito	Caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito, contas a receber, contas a receber de partes relacionadas e dividendos.	(i) Análise por vencimento (ii) Ratings de crédito	Disponibilidades e linhas de crédito
Risco de liquidez	Empréstimos, financiamentos e debêntures, contas a pagar a fornecedores, outros passivos financeiros, REFIS, arrendamentos, certificados de crédito imobiliário, contas a pagar a partes relacionadas e dividendos.	Fluxo de caixa futuro	Disponibilidades e linhas de crédito.

O gerenciamento de risco da Companhia é predominantemente controlado por um departamento central de Tesouraria sob políticas aprovadas pelo Conselho de Administração, que fornece princípios para o gerenciamento de risco global, bem como políticas que cobrem áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros e investimento de excesso de liquidez. É política da Companhia não participar de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

a) Risco de mercado

O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é manter as exposições ao risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, otimizando o retorno.

Todas as transações são realizadas dentro das diretrizes estabelecidas pela política de gerenciamento de risco. Geralmente, a Companhia procura aplicar a contabilidade de hedge para gerenciar a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

i. Risco da taxa de juros

A Companhia possui instrumentos financeiro sobre os quais incidem taxas de juros, em grande parte variáveis, o que expõe o resultado financeiro aos riscos de flutuação das taxas de juros.

A análise de sensibilidade a seguir demonstra no cenário provável o impacto anual projetado nas despesas com juros dos empréstimos e financiamentos e na remuneração das aplicações financeiras (antes dos impostos), mantidas as demais variáveis. Os cenários com aumento e diminuição nas taxas de juros de 25% e 50% apresentam o efeito incremental em relação ao cenário provável:

Exposição taxa de juros(i)	31/12/2020				
	Provável	25%	50%	-25%	-50%
Aplicações financeiras	295	368	442	221	147
Títulos e valores mobiliários	7	9	10	5	3
Caixa restrito	15	19	23	12	8
Passivo de arrendamento	(23.484)	(23.484)	(23.484)	(23.484)	(23.484)
Debênture privada	2.227	2.509	2.791	1.945	1.663
Outros passivos	(335)	(378)	(420)	(293)	(250)
Impactos no resultado do exercício	(21.275)	(20.957)	(20.638)	(21.594)	(21.913)

- (i) Os índices de CDI e TJLP considerados: 2,78% a.a. e 4,87% a.a., respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

O cenário provável considera a taxa de juros estimada, feita por uma terceira parte especializada e o Banco Central do Brasil, ou BACEN, como segue:

	Provável	25%	50%	-25%	-50%
SELIC	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
CDI	2,23%	2,79%	3,35%	1,68%	1,12%
TJLP	4,70%	5,88%	7,05%	3,53%	2,35%
IPCA	3,37%	4,21%	5,05%	2,53%	1,68%

b) Risco de crédito

As operações regulares da empresa a expõem-no a potenciais incumprimentos quando clientes, fornecedores e contrapartes não conseguem cumprir os seus compromissos financeiros ou outros. A Companhia procura mitigar esse risco realizando transações com um conjunto diversificado de contrapartes. No entanto, a Companhia continua sujeita a falhas financeiras inesperadas de terceiros que poderiam interromper suas operações. A exposição ao risco de crédito foi a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Caixa e equivalentes de caixa ⁽ⁱ⁾	11.927	37.222
Títulos e valores mobiliários ⁽ⁱ⁾	306	3.295
Caixa restrito ⁽ⁱ⁾	660	1.022
Contas a receber de clientes ⁽ⁱⁱ⁾	17.116	8.115
Debêntures privadas	50.504	148.321
	80.513	197.975

- (i) O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela Tesouraria da Companhia de acordo com a política estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é o valor registrado.
- (ii) O risco de crédito do cliente é administrado de forma centralizada por cada segmento de negócio, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. A qualidade do crédito do cliente é avaliada com base em um procedimento interno de classificação de crédito extensivo. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência. A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

A Companhia está exposta a riscos relacionados às suas atividades de administração de caixa e investimentos temporários.

Os ativos líquidos são investidos principalmente em títulos públicos de segurança e outros investimentos em bancos com grau mínimo de “A”. O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é gerenciado pelo departamento de tesouraria, de acordo com a política da Companhia.

Os investimentos de fundos excedentes são feitos apenas com contrapartes aprovadas e dentro dos limites de crédito atribuídos a cada contraparte. Os limites de crédito de contraparte são revisados anualmente e podem ser atualizados ao longo do ano. Os limites são definidos para minimizar a concentração de riscos e, portanto, mitigar a perda financeira por meio de falha da contraparte em efetuar pagamentos. O risco de crédito de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado e estão dispostos da seguinte forma:

	31/12/2020
AA	7.620
AAA	618
A+	4.654
Total	12.892

O risco de crédito de clientes é administrado de forma centralizada, estando sujeito aos procedimentos, controles e política estabelecidos pela Companhia em relação a esse risco. Os limites de crédito são estabelecidos para todos os clientes com base em critérios internos de classificação. Os recebíveis de clientes em aberto são acompanhados com frequência.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada a cada data reportada em base individual para os principais clientes. Além disso, um grande número de contas a receber com saldos menores está agrupado em grupos homogêneos e, nesses casos, a perda recuperável é avaliada coletivamente. O cálculo é baseado em dados históricos efetivos.

c) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia encontre dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre haja um nível de liquidez suficiente para cumprir com as obrigações vincendas, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Os passivos financeiros da Companhia classificados por data de vencimento (com base nos fluxos de caixa não descontados contratados) são os seguintes::

	31/12/2020				31/12/2019	
	Até 1 ano	De 1 a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	Total	Total
Empréstimos e financiamentos	-	-	-	-	-	(29.054)
Fornecedores	(20.244)	-	-	-	(20.244)	(15.757)
Outros passivos financeiros (i)	(9.704)	-	-	-	(9.704)	(2.116)
Passivo de arrendamento	(53.043)	(55.356)	(166.067)	(13.839)	(288.305)	(316.205)
	(82.991)	(55.356)	(166.067)	(13.839)	(318.253)	(363.132)

- (i) Em 31 de dezembro de 2020 o saldo antecipado por nossos fornecedores junto a instituições financeiras era de R\$ 9.704 (R\$ 2.116 em 31 de dezembro de 2019). Essas operações tiveram o Banco Itaú e Banco Bradesco como contraparte, a uma taxa média de 3,00% a.a. O prazo médio dessas operações, que são registradas a valor presente pela taxa anteriormente mencionada, é de 3 meses.

3.2 Informação por segmento

A Companhia atua em um único segmento operacional, o transporte ferroviário de cargas, de forma que não cabe a divulgação de informações adicionais sobre segmentos operacionais.

4 Transações e eventos significativos

4.1 Pandemia de Covid 19

4.1.1 Contexto Geral

Covid-19 é uma doença infecciosa causada por coronavírus 2 (SARS-CoV-2), que apresenta uma síndrome respiratória aguda grave. A doença foi identificada pela primeira vez em 2019 na China, e tem se espalhado pelo mundo desde então. Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial de Saúde declarou oficialmente este surto de Covid-19 uma pandemia. A partir de 17 de março de 2020, o Brasil (assim como vários outros países), incluindo todos os estados em que a Companhia tem operações, instituíram medidas de distanciamento social que visam retardar o contágio. As medidas variam do distanciamento ao isolamento, a depender da unidade da federação. Apesar dos esforços das autoridades, ainda não há como prever a duração das medidas restritivas atualmente em vigor.

A Companhia atua no setor de transporte e logística de cargas, atividade classificada como essencial pelas autoridades brasileiras, conforme Lei 13.979/2020. Com uma série de protocolos de saúde a Companhia tem mantido suas atividades, todavia, as medidas restritivas adotadas para conter o progresso do Covid-19 e suas consequências sobre a atividade econômica, podem afetar significativamente as operações e a condição financeira da Companhia nos seguintes aspectos:

- (1) Queda de receita devido ao declínio na demanda serviços nos mercados impactados pelas medidas de distanciamento e isolamento social: transporte de combustíveis (afetado pela queda no consumo) e transporte de produtos industriais (afetado pela retração na atividade econômica e atividades industriais);
- (2) Risco de interrupções nas operações: eventual descontrole da pandemia nas praças em que a Companhia atua pode levar ao enrijecimento das medidas de isolamento social e, em um cenário extremo, levar à interrupção das atividades essenciais;
- (3) Escassez de crédito e aumento do custo de capital: o impacto do Covid-19 sobre a economia mundial e a aversão dos investidores ao risco podem reduzir as alternativas de financiamento e aumentar o custo de capital a ponto de afetar a posição de liquidez e a capacidade de investimentos da Companhia.

- (4) Deterioração de ativos: (i) ativos financeiros da Companhia podem ser afetados pelo impacto que a retração econômica decorrente das medidas de distanciamento social pode gerar em contrapartes; (ii) ativos de longo prazo podem ter sua realização prejudicada se a pandemia progredir a ponto de interromper as operações da Companhia.

4.1.2 Impactos na elaboração das informações anuais

As operações da Rumo Malha Oeste não sofreram grandes impactos em razão da pandemia no exercício findo em 31 de Dezembro de 2020. No que se refere à chegada de carga nos terminais operados pela Companhia, foram criados protocolos de segurança, disponibilizando equipamentos de proteção, alimentação e equipe de saúde para monitorar e orientar os caminhoneiros. Da mesma forma, com todos os cuidados para a proteção dos colaboradores da Companhia e de terceiros, os trens seguem rodando normalmente, mantendo o atendimento aos clientes.

Cerca de 77% da receita líquida da Companhia é gerado pelo transporte de cargas destinadas à exportação. As exportações estão sendo impulsionadas pela desvalorização do Real, aumentando a competitividade dos produtos Brasileiros no exterior, fazendo com que a demanda por transporte destas cargas seja ainda maior. Por outro lado, a demanda de algumas cargas industriais (de menor representatividade), que estão mais correlacionadas com o consumo interno, foi negativamente impactada pelo COVID-19.

Apesar de não projetar uma mudança significativa em sua geração de caixa e do aumento no custo financeiro, a Companhia optou por manter a liquidez em um patamar mais alto, por antever um período de incertezas no mercado. O movimento de reforço de caixa teve início no trimestre findo em 31 de março de 2020.

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o *impairment* de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças motivadas pela pandemia nas circunstâncias que indicariam uma perda por *impairment*, contudo, a Companhia identificou outros indicadores de *impairment*, conforme detalhado na nota 5.10.1. Em relação a pandemia, como até o momento não vem interrompendo as operações da Companhia, a previsão atual de impacto financeiro resultante da Covid-19 nas unidades geradoras de caixa ("UGC") é limitado, e de curto prazo. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa não teriam alterações significativas para a avaliação do indicativo de *impairment*.

Quanto à taxa de desconto, outra variável relevante nas análises de realização de ativos de longo prazo, a Companhia acredita que, em meio à elevada volatilidade do mercado haverá um deslocamento do fluxo de caixa entre os meses com restrições de circulação para os meses subsequentes, que associado ao baixo patamar de juros no Brasil, nosso custo médio ponderado do capital não deverá sofrer alterações materiais, a despeito das flutuações de curto prazo de algumas premissas macroeconômicas devido aos impactos da pandemia do Covid-19.

As perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros continuam sendo calculadas com base na análise de riscos dos créditos, que também contempla o histórico de perdas, a situação individual das contrapartes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e indicadores macroeconômicos em 31 de dezembro de 2020.

O risco de crédito de contraparte para os ativos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários, caixa restrito é determinado por agências de classificação amplamente aceitas pelo mercado. Os saldos são alocados em instituições com grau mínimo de “A”. Em 31 de dezembro de 2020 não foram observadas pioras no risco de crédito dessas contrapartes.

A exposição máxima ao risco de crédito de clientes da Companhia, líquida de perdas pela não recuperabilidade de ativos financeiros, é o valor das contas a receber. Considerando que: (i) o prazo médio de faturamento aos clientes da Companhia é curtíssimo; e (ii) os clientes de carteiras mais suscetíveis à deterioração de créditos passaram a ter a exposição monitorada constantemente, em 31 de dezembro de 2020 a Companhia não prevê perdas adicionais em seu saldo de contas a receber.

4.2 Ataque cibernético

Em 11 de março de 2020, a Companhia sofreu um ataque cibernético de ransomware que causou uma interrupção parcial e temporária das operações. As entidades afetadas na Companhia implementaram seus planos de contingência, continuaram operando parcialmente durante o ataque cibernético e reconectaram progressivamente seus sistemas operacionais a partir do ataque.

Após o incidente, a Companhia fez investimentos significativos em privacidade, proteção e segurança da informação/cibernética, tanto em tecnologias quanto em processos e reforço de equipes. Como parte das ações, a Companhia revisou os programas para combater o acesso e uso indevido dos seus dados, incluindo investigações e auditorias mais robustas dos seus sistemas de tecnologia da informação. Como resultado desses esforços, foram mitigados incidentes adicionais de uso indevido de dados ou outras atividades indesejáveis impetradas por terceiros.

Adicionalmente, a Companhia realizou auditoria e avaliação forense no ataque sofrido e não identificou impactos relevantes nas suas demonstrações financeiras.

4.3 Aditamento debêntures

Em 03 de Novembro de 2020, a companhia realizou o quarto instrumento particular de aditamento à escritura particular da sétima emissão de debêntures da Rumo Malha Norte S.A., com o objetivo de liquidar parcialmente as Debêntures da 2ª Série e prorrogar a data de vencimento para mais 12 (doze) meses. As partes concordaram em fazer uma liquidação parcial da debênture da 2ª série no valor de R\$ 28.000 sendo que o saldo atualizado da dívida será de R\$ 50.269. O vencimento da debênture ocorrerá em 02 de novembro de 2021.

4.4 Partes relacionadas

Política contábil:

As operações comerciais, financeiras e societárias envolvendo partes relacionadas são registradas pelos termos e condições estabelecidos em contrato. Os saldos em aberto no final do exercício não são garantidos, nem estão sujeitos a juros e são liquidados em dinheiro. Não houve garantias dadas ou recebidas sobre quaisquer contas a receber ou a pagar envolvendo partes relacionadas. Ao final de cada período é realizada análise de recuperação dos valores e receber e neste exercício nenhuma provisão foi reconhecida.

a) **Resumo dos saldos com partes relacionadas**

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Contas a receber de clientes		
Rumo Malha Norte S.A.	9	13
Rumo Malha Paulista S.A.	324	505
Rumo Malha Sul S.A.	3.263	3.389
Rumo S.A.	857	857
Outros	7	3
	4.460	4.767
Adiantamento a fornecedores		
Outros	-	2
	-	2
Debêntures privadas		
Rumo Malha Norte S.A.	50.504	148.321
	50.504	148.321
Ativo circulante	54.964	153.090
Adiantamento a fornecedores		
Outros	317	176
	317	176
Ativo não circulante	317	176
Total do ativo	55.281	153.266
	31/12/2020	31/12/2019
Passivos		
Fornecedores		
Portofer Transporte Ferroviário Ltda.	1.740	1.608
Rumo Malha Sul S.A.	1.596	1.960
Rumo Malha Paulista S.A.	720	1.193
Raízen Combustíveis S.A.	3.246	773
Outros	710	679
	8.012	6.213
Passivo circulante	8.012	6.213
Passivo não circulante	-	-
Total do passivo	8.012	6.213

b) Transações com partes relacionadas

	31/12/2020	31/12/2019
Receita operacional líquida ⁽ⁱ⁾		
Rumo Malha Norte S.A.	21	39
Rumo Malha Paulista S.A.	5.293	7.580
Rumo Malha Sul S.A.	24.027	22.177
	29.341	29.796
Compras de produtos / insumos		
Rumo Malha Norte S.A.	(46)	-
Rumo Malha Paulista S.A. ⁽ⁱⁱ⁾	(2.019)	(3.383)
Raízen Combustíveis S.A. ⁽ⁱⁱⁱ⁾	(18.588)	(6.568)
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	(2.055)	-
Rumo Malha Sul S.A. ^(iv)	(20.542)	(22.850)
Outros	-	(911)
	(43.250)	(33.712)
Receitas (despesa) compartilhadas ^(v)		
Cosan S.A.	-	(9)
Raízen Energia S.A.	(118)	(721)
Rumo Malha Norte S.A.	(1.985)	-
Rumo Malha Paulista S.A.	506	715
Rumo Malha Sul S.A.	(970)	(4.938)
Portofer Transp. Ferroviário	(251)	(1.092)
Rumo S.A.	(483)	(925)
Outros	35	(63)
	(3.266)	(7.033)
Resultado financeiro		
Rumo Malha Paulista S.A.	-	(867)
Rumo Malha Norte S.A.	4.713	11.580
	4.713	10.713

- (i) A prestação de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 se refere principalmente à transporte, cujas condições estão definidas em contratos.
- (ii) Despesas com partilhas de fretes, de acordo com as condições estabelecidas no COE – Contrato de Operações Específico firmado entre as partes.
- (iii) Aquisição de combustíveis (diesel para uso nas locomotivas) durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 junto à Raízen Combustíveis e suas controladas, adquiridos em condições de mercado.
- (iv) Despesa com transporte ferroviário, contratado em condições de mercado.

- (v) Se referem a rateios de gastos compartilhados entre as empresas do Grupo e do centro de serviços compartilhados Raízen. São alocados a partir de direcionadores de rateio: número de colaboradores, número de ações judiciais, volume em TKUs e receitas.

c) Remuneração dos administradores e diretores

As remunerações fixas e variáveis das pessoas chaves são analisadas a nível de grupo, incluindo diretores e membros do conselho, e estão registradas no resultado consolidado do exercício como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
Benefícios de curto prazo	28.172	25.028
Transações com pagamentos baseados em ações	5.660	4.579
	33.832	29.607

4.5 Eventos subsequentes

4.5.1 Incorporação da Cosan Logística S.A.

Em 01 de março de 2021, o Conselho de Administração da Cosan S.A (B3: CSAN3) deliberou a incorporação da Cosan Logística S.A. (B3: RLOG3) e Cosan CZZ (NYSE: CZZ) pela Cosan S.A. O programa aprovado, tem por objetivo concluir a reorganização societária que foi aprovada anteriormente pelas Assembleias Gerais das respectivas companhias. Dessa maneira, a Rumo S.A. e suas Controladas, passam a ser controladas diretamente e indiretamente pela Cosan S.A. na data mencionada anteriormente.

5 Informações detalhadas sobre ativos e passivos

5.1 Ativos e passivos financeiros

Política contábil

A mensuração inicial dos ativos e passivos financeiros se dá pelo valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou emissão do ativo financeiro ou passivo financeiro.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa destes ativos tenham vencido ou quando a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas e quando seus termos são modificados, e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro com base nos termos modificados é reconhecido pelo valor justo.

Os ativos e passivos financeiros são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Ativos		
Valor justo por meio do resultado		
Títulos e valores mobiliários	306	3.295
	306	3.295
Custo amortizado		
Caixa e equivalentes de caixa	11.927	37.222
Contas a receber de clientes	17.116	8.115
Debêntures privadas	50.504	148.321
Caixa restrito	660	1.022
	80.207	194.680
Total	80.513	197.975
Passivos		
Custo amortizado		
Empréstimos e financiamentos	-	27.382
Passivo de arrendamento	179.568	216.096
Fornecedores	20.244	15.757
Outros passivos financeiros	9.704	2.116
	209.516	261.351
Total	209.516	261.351

5.2 Caixa e equivalentes de caixa

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, sendo de alta liquidez, com vencimento de até três meses, que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Bancos conta movimento	39	33
Aplicações financeiras	11.888	37.189
	<u>11.927</u>	<u>37.222</u>

As aplicações financeiras são compostas da seguinte forma:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Aplicações em bancos		
Certificado de depósitos bancários - CDB ⁽ⁱ⁾	11.888	37.189
	<u>11.888</u>	<u>37.189</u>

As aplicações financeiras da Companhia são remuneradas a taxas em torno de 102,1% da taxa de oferta interbancária brasileira (Certificado de Depósito Interbancário), ou “CDI”, em 31 de dezembro de 2020 (99,7% do CDI em 31 de dezembro de 2019). A análise de sensibilidade dos riscos de taxa de juros está na nota 3.1.

5.3 Títulos e valores mobiliários e caixa restrito

Política contábil:

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado, com vencimento médio dos títulos públicos entre dois e cinco anos, entretanto podem ser prontamente resgatados e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

Títulos e valores mobiliários

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Títulos públicos ⁽ⁱ⁾	279	2.301
Certificados de depósitos bancários ⁽ⁱⁱ⁾	25	23
Letras financeiras ⁽ⁱⁱⁱ⁾	2	971
	<u>306</u>	<u>3.295</u>

- (i) Títulos públicos classificados como valor justo por meio do resultado possuem taxa de juros atrelada a SELIC e vencimento entre dois e cinco anos.
- (ii) Certificados de depósitos bancários possuem taxa de juros atrelada ao CDI e vencimento entre dois e cinco anos.
- (iii) Letras financeiras possuem taxa de juros atreladas ao CDI, e de liquidez diária, conforme política de liquidez da Companhia.

Caixa restrito

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Valores depositados em garantia	660	1.022
	<u>660</u>	<u>1.022</u>

5.4 Contas a receber de clientes

Política contábil:

As contas a receber de clientes são inicialmente reconhecidas pelo valor da contraprestação que é incondicional, a menos que contenham componentes financeiros significativos, quando são reconhecidas pelo valor justo. A Companhia mantém as contas a receber de clientes com o objetivo de receber os fluxos de caixa contratuais, mensurando-as subsequentemente pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.

Para medir as perdas de crédito esperadas, os recebíveis foram agrupados com base nas características de risco de crédito e nos dias vencidos.

As taxas de perda esperadas são baseadas nas correspondentes perdas históricas de crédito sofridas. As taxas históricas de perda podem ser ajustadas para refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidar os recebíveis.

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Clientes terceiros	12.726	3.390
Clientes partes relacionadas (Nota 4.4)	4.460	4.767
	<u>17.186</u>	<u>8.157</u>
Perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa	(70)	(42)
	<u>17.116</u>	<u>8.115</u>

A análise do vencimento das duplicatas a receber de clientes são como segue:

	31/12/2020	31/12/2019
A vencer	5.336	2.193
Vencidas		
Até 30 dias	4.608	1.135
De 31 a 60 dias	1.717	23
De 61 a 90 dias	1.065	20
Mais de 90 dias	-	19
	12.726	3.390

A movimentação das perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa é assim demonstrada:

Saldo em 01 de janeiro de 2019	392
Provisões	195
Reversões e baixa	(545)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	42
Provisões	134
Reversões e baixa	(106)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	70

5.5 Debêntures privadas

Em 30 de abril de 2012, a Companhia adquiriu uma série de 10.000 debêntures não conversíveis, da espécie subordinada, no valor unitário de R\$10, totalizando R\$100.000 emitidas pela Rumo Malha Norte S.A. Em 03 de Novembro de 2020, a companhia realizou o quarto instrumento particular de aditamento à escritura particular da sétima emissão de debêntures da Rumo Malha Norte S.A. com o objetivo de liquidar parcialmente as Debêntures da 2ª Série e prorrogar a data de vencimento para mais 12 (doze) meses, como segue:

Série	Data de emissão	Valor	Vencimento final	Remuneração anual	31/12/2020	31/12/2019
Debêntures privadas - Rumo Malha Norte (Nota 4.4)	30/04/2012	100.000	02/11/2021	CDI+1,50% a.a	50.504	148.321

O saldo de atualização financeira totalizou R\$ 4.713 em 31 de dezembro de 2020 (R\$ 11.580 em 31 de dezembro de 2019).

5.6 Empréstimos e financiamentos

Política contábil:

Inicialmente mensurados pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e, subsequentemente, ao custo amortizado.

São desreconhecidos quando a obrigação especificada no contrato é quitada, cancelada ou expirada. A diferença entre a quantia escriturada de um passivo financeiro que tenha sido extinto ou transferido para outra parte e a retribuição paga, incluindo quaisquer ativos não monetários transferidos ou passivos assumidos, é reconhecida nos lucros ou prejuízos como outros rendimentos ou gastos financeiros.

Classificados como passivo circulante, a menos que exista um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Descrição	Encargos financeiros		31/12/2020	31/12/2019	Vencimento final	Objetivo
	Indexador (i)	Taxa média anual de juros				
Empréstimos e financiamentos						
Finem (BNDES)	URTJLP	6,97%	-	27.382	dez/2020	Aquisição
Total			-	27.382		
Circulante			-	16.576		
Não circulante			-	10.806		
			-	27.382		

- (i) TJLP refere-se à Taxa de Juros de Longo Prazo, sendo definida como o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social).

Os empréstimos não circulantes apresentam os seguintes vencimentos:

	31/12/2020	31/12/2019
13 a 24 meses	-	8.773
25 a 36 meses	-	2.033
	-	10.806

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos da Companhia são denominados nessas moedas:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Reais (R\$)	-	27.382
Total	-	27.382

Abaixo movimentação dos empréstimos, financiamentos e debêntures ocorridas para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

Saldo em 01 de janeiro de 2019	46.810
Amortização de principal	(19.566)
Pagamento de juros	(2.712)
Atualização de juros, variação monetária e cambial	2.850
Saldo em 01 de janeiro de 2020	27.382
Amortização de principal	(28.030)
Pagamento de juros	(763)
Atualização de juros e variação monetária	1.411
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-

a) Garantias

Alguns contratos de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (“BNDES”), destinados a investimentos, são garantidos, de acordo com cada contrato, por fiança bancária, com o custo médio de 0,00% a.a. ou por garantias reais (ativos) e conta de garantia. Em 31 de dezembro de 2020, o saldo de fianças bancárias contratado era zero (R\$ 15.391 em 31 de dezembro de 2019).

Em 2019, para cálculo das taxas médias foi considerado, em bases anuais, o CDI médio anual de 4,40% e TJLP de 5,57%.

b) Linhas de crédito não utilizadas

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, Companhia não dispunha de linhas de crédito em bancos com rating AA.

O uso dessas linhas de crédito está sujeito a certas condições contratuais.

c) Cláusulas restritivas (“financial covenants”)

As principais linhas de empréstimos da Companhia estão sujeitas a cláusulas restritivas, com base em indicadores financeiros e não financeiros, os quais são medidos a nível do grupo. As principais e mais restritivas cláusulas estão demonstradas abaixo:

Meta	Índice
Dívida financeira líquida ⁽ⁱ⁾ / EBITDA $\leq 3,3x$ em dezembro de 2020	1,96
EBITDA/ Resultado financeiro consolidado ⁽ⁱⁱ⁾ $\geq 2,0x$ em dezembro de 2020	4,78

- (i) A dívida financeira líquida é composta por dívidas bancárias, debêntures, arrendamentos mercantis considerados como *leasing* financeiro deduzidos de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e instrumentos derivativos.
- (ii) O resultado financeiro consolidado da dívida é representado pelo custo da dívida líquida consolidado, demonstrado na nota 6.4.

Os componentes das fórmulas para calcular o resultado das metas verificáveis no fechamento do exercício estão definidos nos contratos de dívida. Em 31 de dezembro de 2020, as cláusulas restritivas financeiras foram cumpridas.

5.7 Passivos de arrendamento

Política contábil:

No exercício comparativo, como arrendatário, a Companhia classificou os arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade como arrendamentos financeiros. Quando esse era o caso, os passivos eram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Os pagamentos mínimos do arrendamento foram os pagamentos durante o prazo da locação que o arrendatário era obrigado a fazer, excluindo qualquer aluguel contingente.

Os compromissos enquadrados como outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia. Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais foram reconhecidos no resultado de forma linear pelo prazo do arrendamento.

Saldo em 01 de janeiro de 2019	219.336
Apropriação de juros	27.088
Transferências entre passivos (i)	(47.144)
Reajuste contratual	16.816
Saldo em 01 de janeiro de 2020	216.096
Reajuste contratual	14.443
Apropriação de juros	22.536
Pagamento de principal	(26.886)
Transferência entre passivos (i)	(46.621)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	179.568

- (i) Refere-se a transferências entre passivos das parcelas de arrendamento em discussão judicial conforme nota 5.12.

Os contratos de arrendamento têm diversos prazos de vigência, sendo o último vencimento a ocorrer em dezembro de 2028 (uma abertura por vencimento é demonstrada na Nota 3.1). Os valores são atualizados anualmente por índices de inflação (como IGPM e IPCA) ou podem incorrer em juros calculados com base na TJLP ou CDI e alguns dos contratos possuem opções de renovações ou de compra que foram considerados na determinação da classificação como arrendamento financeiro.

Além da amortização e da apropriação de juros destacados nos quadros anteriores, foi registrado para os demais contratos de arrendamento que não foram incluídos na mensuração de passivos de arrendamentos os seguintes impactos no resultado durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020:

	31/12/2020	31/12/2019
Despesas relativas a arrendamentos de curto prazo	15	63
Despesas de arrendamentos de ativos de baixo valor, excluindo arrendamentos de curto prazo de ativos de baixo valor	3	13
	18	76

5.8 Fornecedores

Política contábil:

As quantias escrituradas de fornecedores são as mesmas que os seus valores justos, devido à sua natureza de curto prazo e geralmente são pagas dentro de 45 dias do reconhecimento.

	31/12/2020	31/12/2019
Fornecedores de materiais e serviços	14.626	14.774
Fornecedores de combustíveis e lubrificantes	5.556	922
Outros	62	61
Total	20.244	15.757
Fornecedores	12.232	9.544
Fornecedores partes relacionadas (Nota 4.4)	8.012	6.213
	20.244	15.757

5.9 Outros tributos a recuperar

Política Contábil:

Os ativos fiscais são mensurados ao custo e incluem principalmente: (i) efeitos fiscais que são reconhecidos quando o ativo é vendido a um terceiro ou recuperados por meio da amortização da vida econômica remanescente do ativo; e (ii) recebíveis de imposto que se esperam que sejam recuperados como restituições das autoridades fiscais ou como uma redução para futuras obrigações fiscais.

	31/12/2020	31/12/2019
COFINS	10.607	13.908
PIS	3.109	3.636
ICMS CIAP ⁽ⁱ⁾	5.289	2.942
Outros	234	203
	19.239	20.689
Circulante	6.119	10.425
Não circulante	13.120	10.264
	19.239	20.689

- (i) Crédito de ICMS oriundos de aquisições de ativo imobilizado.

5.10 Imobilizado e direitos de uso

Política contábil:

Redução ao valor recuperável (*impairment*)

A Companhia realiza anualmente uma revisão dos indicadores de *impairment* para os ativos intangíveis com vida útil definida e imobilizado. Além disso, é realizado um teste de *impairment* para ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida. A redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede seu valor recuperável, que é o maior entre seu valor justo menos custos de venda e seu valor em uso.

O valor recuperável é determinado com base nos cálculos do valor em uso, utilizando o fluxo de caixa descontado determinado pela Administração com base em orçamentos e projeções que levam em consideração a premissa relacionada a unidade geradora de caixa, tais como: geração de caixa, crescimento de longo prazo e taxas de desconto.

Para fins de análise de *impairment* foi definido como unidade geradora de caixa o contrato de concessão. A base para avaliação e testes anuais é 30 de setembro.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2020 identificamos indicadores de *impairment* para a unidade geradora de caixa representada pela concessão, a qual apresenta resultados negativos e baixa geração de caixa (Nota 5.10.1).

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercados, tecnológicas, econômicas vigentes no momento em que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

5.10.1 Imobilizado

Política contábil:

Reconhecimento e mensuração

Itens do ativo imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Gastos subsequentes são capitalizados somente quando é provável que os benefícios econômicos futuros associados aos gastos fluam para a Companhia. Reparos e manutenção contínuos são contabilizados quando incorridos.

Depreciados a partir da data em que estão disponíveis para uso ou, em relação aos ativos construídos, a partir da data em que o ativo estiver concluído e pronto para uso.

A depreciação é calculada sobre o valor contábil do imobilizado menos os valores residuais estimados utilizando-se a base linear durante sua vida útil estimada, reconhecida no resultado, a menos que seja capitalizada como parte do custo de outro ativo. Os terrenos não são depreciados.

Os métodos de depreciação, como vidas úteis e valores residuais, são revistos no final de cada exercício, ou quando há mudança significativa em um padrão de consumo esperado, como incidente relevante e obsolescência técnica. Quaisquer ajustes são reconhecidos como mudanças nas estimativas contábeis, se apropriado.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil estimada dos ativos, como segue:

Edifícios e benfeitorias	4% - 5%
Máquinas, equipamentos e instalações	8% - 11%
Outros	10% - 20%
Vagões	2,9% - 6%
Locomotivas	3,3% - 8%
Vias permanentes	3% - 4%
Móveis e utensílios	10% - 15%
Equipamentos de informática	20%

Análise de perda ao valor recuperável

A Companhia testa anualmente o valor recuperável do ágio por expectativa de resultados futuros advindos de combinação de negócio. Os ativos sujeitos a depreciação e amortização somente são testados se houve indícios de que o valor contábil não seja recuperável.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, a Companhia identificou indicadores de *impairment* representada por sua concessão: i) a Companhia registrou uma redução significativa no volume transportado devido a problemas operacionais na via ocasionados pelas fortes chuvas do primeiro trimestre, fazendo com que a administração buscasse alternativas para performar determinados volumes contratados, volumes estes, que sustentavam a projeção de fluxo de caixa dessa unidade geradora de caixa até então; ii) a decisão da Administração de protocolar o pedido de relicitação (Nota 1.3) gera incertezas sobre o período em que a Malha será a operadora a longo prazo, uma vez que depende do andamento do processo, todavia, a Companhia está obtendo suporte financeiro de sua controladora para continuar operando até a conclusão do processo ou da própria concessão em 2026. Dessa forma a Companhia registrou uma provisão para perda por valor recuperável de R\$146.031 (sendo R\$ 145.065 relativos a imobilizados (nota 5.10.1) e R\$ 966 referentes a direito de uso (nota 5.10.2)), equivalente ao saldo remanescente dos ativos permanentes dessa unidade geradora de caixa. O registro se deu em contrapartida à “Outras receitas (despesas) operacionais líquidas”, nota 6.3.

A determinação da capacidade de recuperação dos ativos depende de certas premissas chaves, conforme descrito anteriormente que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas, econômicas vigentes no momento que essa recuperação é testada e, dessa forma, não é possível determinar se novas perdas por redução da recuperação ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas seriam materiais.

Reconciliação do valor contábil

	Terrenos, edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Vagões e locomotivas (i)	Via Permanente (i)	Obras em andamento	Outros ativos	Total
Valor de custo:							
Saldo em 01 de janeiro de 2019	7.834	20.959	232.251	343.501	19.090	2.853	626.488
Adições	-	-	(13)	-	48.342	-	48.329
Baixas	-	-	(227)	-	13	-	(214)
Transferências	(21)	6.589	13.587	28.601	(48.689)	(274)	(207)
Saldo em 01 de janeiro de 2020	7.813	27.548	245.598	372.102	18.756	2.579	674.396
Adições	-	-	91	(1.487)	60.137	2	58.743
Baixas	-	-	(424)	-	1	-	(423)
Transferências	122	443	7.927	43.737	(52.336)	65	(42)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	7.935	27.991	253.192	414.352	26.558	2.646	732.674
Depreciação e perda por redução ao valor recuperável:							
Saldo em 01 de janeiro de 2019	(4.880)	(16.238)	(198.773)	(316.155)	(10.842)	(7.575)	(554.463)
Adições	(151)	(973)	(12.879)	(8.093)	-	156	(21.940)
Baixas	-	-	227	-	-	-	227
Transferências	-	(185)	(3.912)	(2.885)	7.301	(135)	184
Saldo em 01 de janeiro de 2020	(5.031)	(17.396)	(215.337)	(327.133)	(3.541)	(7.554)	(575.992)
Adições	(94)	(1.246)	(4.083)	(6.879)	-	260	(12.042)
Baixas	-	-	425	-	-	-	425
Transferências	-	-	(2.792)	-	2.792	-	-
Perda por redução ao valor recuperável	(2.810)	(9.349)	(31.405)	(80.340)	(25.809)	4.648	(145.065)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(7.935)	(27.991)	(253.192)	(414.352)	(26.558)	(2.646)	(732.674)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	2.782	10.152	30.261	44.969	15.215	(4.975)	98.404
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-	-	-	-	-	-	-

(i) Inclui benfeitorias em bens arrendados e arrendamento mercantil financeiro.

Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019, não houve custo de empréstimos capitalizados.

5.10.2 Direito de uso

Política contábil:

No período comparativo, ativos relacionados a arrendamentos que transferiam substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade, chamados de arrendamentos financeiros, foram mensurados inicialmente por um valor igual ao menor entre valor justo do ativo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Após o reconhecimento inicial, os ativos foram contabilizados de acordo com a política contábil aplicável a esse ativo.

Os ativos mantidos sob outros arrendamentos foram classificados como operacionais e não foram reconhecidos no balanço patrimonial do Grupo.

	Infraestrutura ferroviária
Valor de custo:	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	132.714
Reajuste contratual	15.418
Saldo em 01 de janeiro de 2020	148.132
Reajuste contratual	14.443
Saldo em 31 de dezembro de 2020	162.575
Amortização e perda por redução ao valor recuperável:	
Saldo em 01 de janeiro de 2019	-
Adições	(6.305)
Redução ao valor recuperável líquido (ii)	(140.778)
Saldo em 01 de dezembro de 2020	(147.083)
Adições	(83)
Redução ao valor recuperável líquido (i)	(15.409)
Saldo em 31 de dezembro de 2020	(162.575)
Saldo em 01 de janeiro de 2019	7.354
Saldo em 31 de dezembro de 2020	-

- (i) O montante refere-se a adiantamentos efetuados no início da concessão, cujo valor não apropriado era apresentado na rubrica de outros ativos;
- (ii) A Companhia registrou provisão para redução ao valor recuperável líquido no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, limitando o saldo dos ativos de longo prazo ao valor realizável. Dessa forma, o saldo de direito de uso registrado na mesma foi objeto de provisão de redução ao valor recuperável líquido no registro inicial e na atualização contratual do saldo ocorrida durante o exercício findo de 31 de dezembro de 2020.

5.11 Imposto de renda e contribuição social

Política contábil:

A taxa combinada de imposto de renda e contribuição social é de 34%, sendo reconhecidos no resultado, exceto se for decorrente de uma combinação de negócios, ou de itens diretamente reconhecidas no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

i. Imposto corrente

É o imposto sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas vigentes na data do balanço, e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

ii. Imposto diferido

É reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os respectivos montantes para efeitos de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para:

- a) diferenças temporárias no reconhecimento inicial do ativo ou passivo em uma transação que não é uma combinação de negócios e que não afete nem o resultado contábil nem o lucro ou prejuízo fiscal;
- b) diferenças temporárias relacionadas com investimentos em controladas, coligadas e controladas em conjunto, na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão das diferenças temporárias e é provável que elas não revertam num futuro previsível; e
- c) diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados.

A mensuração do imposto diferido reflete a maneira como a Companhia espera, ao final do período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias em sua reversão.

Impostos diferidos ativos e passivos são compensados se houver um direito legalmente aplicável de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionarem a impostos cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

iii. Exposição fiscal

Na determinação do valor do imposto corrente e diferido, a Companhia leva em conta o impacto das posições fiscais incertas e se os impostos e juros adicionais podem ser devidos. Essa avaliação baseia-se em estimativas e premissas e pode envolver uma série de julgamentos sobre eventos futuros. Novas informações podem se tornar disponíveis, o que pode fazer com que a Companhia mude seu julgamento com relação à adequação de passivos fiscais existentes; tais alterações nas obrigações tributárias impactarão as despesas com tributos no período em que tal determinação for realizada.

iv. Recuperabilidade do imposto de renda e contribuição social diferidos

Ao avaliar a recuperabilidade dos impostos diferidos, a Administração considera as projeções de lucros tributáveis futuros e os movimentos de diferenças temporárias. Quando não é provável que parte ou todos os impostos sejam realizados, o ativo fiscal é revertido. Não há prazo para o uso de prejuízos fiscais e bases negativas, mas o uso desses prejuízos acumulados de anos anteriores está limitado a 30% dos lucros tributáveis anuais.

(iii) **Reconciliação das despesas com imposto de renda e contribuição social**

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(249.674)	(131.077)
Imposto de renda e contribuição social a taxa nominal (34%)	84.889	44.566
Ajustes para cálculo da taxa efetiva		
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias não reconhecidas	(87.321)	(47.026)
Diferenças permanentes (doações, brindes, etc.)	(77)	(59)
Outros	2.509	2.509
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	<u>-</u>	<u>(10)</u>
Taxa efetiva	<u>0,00%</u>	<u>0,01%</u>

(iv) **Ativos e passivos de imposto de renda diferido**

Os efeitos fiscais das diferenças temporárias que dão origem a partes significativas dos ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são apresentados abaixo:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Créditos ativos de:		
Prejuízos fiscais	372.469	339.108
Base negativa de contribuição social	134.293	122.283
Diferenças temporárias:		
Provisão para demandas judiciais	13.564	13.192
Provisão para perda ao valor recuperável	84.556	50.883
Perdas estimadas em créditos de liquidação	24	14
Provisão para não realização de impostos	2.409	1.882
Provisão para participação nos resultados	187	885
Revisão de vida útil de ativo imobilizado	60.480	53.142
Passivo de arrendamento	61.382	73.473
Diferenças temporárias sobre outras provisões	1.195	2.113
Outros	174	179
Tributos diferidos - Ativos	<u>730.733</u>	<u>657.154</u>
(-) Ativos fiscais diferidos não reconhecidos	(730.733)	(657.154)
Total de tributos diferidos	<u>-</u>	<u>-</u>

5.12 Provisão para demandas e depósitos judiciais

Política contábil:

São reconhecidas como outras despesas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o montante foi estimado com segurança.

A avaliação da perda de probabilidade inclui as evidências disponíveis, a hierarquia das leis, a jurisprudência, as decisões judiciais mais recentes e a relevância no sistema legal, bem como a opinião de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas pelas circunstâncias, tais como prazo de prescrição, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

As provisões para processos judiciais resultantes de combinações de negócios são estimadas a valor justo.

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 a Companhia registra provisões para demandas judiciais em relação a:

	Provisão para demandas judiciais	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	18.635	18.740
Cíveis, regulatórias e ambientais	7.413	6.542
Trabalhistas	12.083	11.856
	38.131	37.138

	Depósitos judiciais	
	31/12/2020	31/12/2019
Tributárias	180	99
Cíveis, regulatórias e ambientais	24.473	23.580
Trabalhistas	20.562	16.703
	45.215	40.382

Movimentação das provisões para demandas judiciais:

	Tributárias	Cíveis, regulatórias e ambientais	Trabalhistas	Total
Saldo em 01 de janeiro de 2019	18.371	5.560	16.762	40.693
Provisionados no exercício	52	879	7.118	8.049
Baixas por reversão ou pagamento	-	(822)	(13.217)	(14.039)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	317	925	1.193	2.435
Saldo em 31 de dezembro de 2019	18.740	6.542	11.856	37.138
Provisionados no exercício	23	425	5.252	5.700
Baixas por reversão ou pagamento	(161)	(374)	(7.364)	(7.899)
Atualização monetária ⁽ⁱ⁾	33	820	2.339	3.192
Saldo em 31 de dezembro de 2020	18.635	7.413	12.083	38.131

i. Inclui baixa de juros por reversão.

A Companhia possui débitos garantidos por bens ou, ainda, por meio de depósito em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia.

Perdas possíveis

Os principais processos para os quais consideramos o risco de perda possível são descritos abaixo:

- **Tributárias:**

	31/12/2020	31/12/2019
ICMS - Exportação ⁽ⁱ⁾	46.809	46.393
IRPJ/CSLL ⁽ⁱⁱ⁾	23.874	23.440
Outros	1.555	479
	72.238	70.312

(i) O fisco estadual autuou a Companhia pela não tributação pelo ICMS nas faturas de prestação de serviços de transporte ferroviário de mercadorias destinadas à exportação. Todas as autuações foram contestadas, uma vez que existe posicionamento favorável aos contribuintes consolidado nos tribunais superiores, com base na Constituição Federal e na Lei Complementar 87/1996.

- (ii) Trata-se de auto de infração que exige IRPJ e CSLL relativos ao ano de 2009, sob a alegação de que a Companhia teria excluído da apuração do lucro real e da base de cálculo ajustada da CSLL provisões trabalhistas. Pelo entendimento do Fisco, as baixas das provisões trabalhistas foram efetuadas pela Companhia sem a individualização dos processos (provisões e reversões), o que impactaria na apuração tributária. A probabilidade de perda é possível, considerando que a ocorrência da decadência e que a Companhia atendeu todas as regras tributárias referentes à adição e exclusão das provisões na apuração do IRPJ e CSLL.

• **Cíveis, regulatórias e ambientais:**

	31/12/2020	31/12/2019
Cíveis ⁽ⁱ⁾	299.609	270.841
Regulatórias ⁽ⁱⁱ⁾	100.740	105.571
Ambientais ⁽ⁱⁱⁱ⁾	54.535	40.968
	454.884	417.380

- (i) Cíveis: A Companhia é parte em diversas ações cíveis, tendo como principais pedidos ações indenizatórias em geral, tais como: abaloamento em passagens em níveis, atropelamentos ferroviários, acidente de trânsito, ações possessórias em geral, ações de execução de títulos extrajudiciais, direitos e obrigações contratuais junto a clientes. Para as diversas ações cíveis, a administração, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, avaliou as circunstâncias e registrou provisões para as perdas prováveis em valores suficientes e adequados, representando, na data do balanço, sua melhor estimativa de desembolso que poderá vir a ser exigido para liquidar as ações.
- (ii) Regulatórias: Referem-se principalmente a multas e discussões junto a ANTT
- (iii) Ambientais: Tais valores decorrem de autuações feitas pelo IBAMA e Secretarias Municipais de Meio Ambiente em sua grande maioria, em razão de contaminação de solo e águas pelo derramamento de produtos e descumprimento das condições impostas por determinada licença de operação. Em todos os casos estão sendo adotadas medidas para redução do passivo existente, bem como medidas de reparação e prevenção relativas ao meio ambiente.

- **Trabalhistas:**

	31/12/2020	31/12/2019
Reclamações trabalhistas ⁽ⁱ⁾	96.182	93.133
	96.182	93.133

- (i) A Companhia discute diversas ações de natureza trabalhista, movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços, para fazer face àqueles casos cujas perdas são consideradas prováveis. Das ações em andamento, os principais pedidos postulados referem-se a horas extras, adicional noturno, insalubridade e de periculosidade, eventual descumprimento de normas regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), reintegração de emprego, indenização por danos morais e materiais decorrentes de acidente de trabalho e devolução de descontos efetuados em folha de pagamento, tais como contribuição confederativa, contribuição sindical e outros, reconhecimento de jornada de turno ininterrupto, sobreaviso, diferenças salariais e outros.

5.13 Arrendamentos e concessões em litígio

Política contábil:

A Companhia registra nesta conta o saldo das parcelas de arrendamento envolvidas em litígios com o poder concedente. O registro inicial ocorre pelo valor da parcela no vencimento, mediante transferência da conta de “Passivos de arrendamentos”. Posteriormente os valores são corrigidos por Selic.

Também são registrados nesta conta os saldos a pagar a título de outorga por direitos de concessão (“Concessões”), em contrapartida ao intangível. A mensuração posterior ocorre pela taxa efetiva.

	31/12/2020	31/12/2019
Valores em discussão judicial:		
Arrendamento	1.526.046	1.440.656
Concessões	91.718	87.582
	1.617.764	1.528.238

Valores em discussão judicial

A Companhia pleiteia o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro, perdido pelo cancelamento de contratos de transporte existentes no momento da desestatização configurando alteração do cenário regulatório e condições estabelecidas no Edital de Desestatização – adicionalmente, as previsões de crescimento que definiram o valor do negócio não se materializaram.

A ação tramita perante o Tribunal Regional da 2ª Região. O valor referente às parcelas vencidas da Companhia estava tendo o juízo garantido mediante a aquisição de títulos da dívida pública (Letras Financeiras do Tesouro – LFT). Em março de 2008 a Companhia obteve autorização para substituir a garantia por fiança bancária e em maio de 2008 a Companhia resgatou os valores. Em dezembro de 2014 foi proferida sentença que julgou procedente a ação, reconhecendo a ocorrência de desequilíbrio econômico-financeiro dos contratos, restando agora a definição de perícia para se apurar o valor do desequilíbrio e aspectos relacionados. Em dezembro de 2015 foi deferido pedido de substituição das cartas de fiança apresentadas pela Companhia por seguro garantia. Aguarda-se julgamento de apelação perante o TRF (Tribunal Regional Federal).

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia as chances de êxito como provável, mas mantém o registro do passivo por se tratar de obrigação contratual ainda não retirada da Companhia, e porque o valor ainda pende de apuração.

Os depósitos judiciais referentes às ações acima mencionadas totalizam:

31/12/2020	31/12/2019
22.119	21.703
22.119	21.703

Os depósitos judiciais estão contabilizados no grupo de “regulatórias” conforme nota 5.12.

Ainda no âmbito dos litígios envolvendo a Companhia, em janeiro de 2020 a Agência deliberou instaurar Processo Administrativo Ordinário para gerar um relatório conclusivo quanto ao cabimento, ou não cabimento, de declaração de caducidade da concessão da Malha Oeste por parte da União. A análise será conduzida por uma comissão a ser indicada pela área de Infraestrutura e Serviços de Transporte Ferroviário de Cargas.

A Administração, suportada pela opinião de seus advogados, avalia o risco de perda como possível.

5.14 Patrimônio Líquido

a) Capital social

Política contábil:

O capital social é registrado pelo valor da integralização de ações e deduzido dos custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de ações ordinárias. O imposto de renda relacionado a custos de transação de uma transação patrimonial é contabilizado de acordo com a política descrita na Nota 5.11 - Imposto de renda e contribuição social.

O capital subscrito e inteiramente integralizado da Companhia em 31 de dezembro de 2020 e 2019 é de R\$551.915 sendo assim constituído:

Acionista	Ações ordinárias		Ações preferenciais	
	Quantidade ⁽ⁱ⁾	%	Quantidade ⁽ⁱ⁾	%
Rumo S.A.	459.058	100%	19.402	100%
Total de ações em circulação	459.058	100%	19.402	100%

(i) Em milhares de ações

As ações preferenciais não terão direito de voto e gozarão das seguintes vantagens e preferências:

- Dividendos 10% maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;
- Prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia; e
- Participação em igualdade nos recebimentos de dividendos.

b) Reserva de capital

Política contábil:

As reservas de capital são constituídas de valores recebidos pela Companhia e que não transitam pelo resultado como receitas, por se referirem a valores destinados a reforço de seu capital, sem terem como contrapartidas qualquer esforço da empresa em termos de entrega de bens ou de prestação de serviços. Constam como tais reservas o ágio na emissão de ações, a alienação de partes beneficiárias e de bônus de subscrição. Essas são transações de capital com os sócios.

6 Informações detalhadas sobre demonstração de resultado

6.1 Receitas

Políticas contábeis

i. Receita de serviços

As receitas decorrentes da prestação de serviços são reconhecidas na medida em que a entidade transfere à contraparte os riscos e benefícios significativos inerentes à prestação dos serviços, quando são prováveis que benefícios econômicos associados à transação fluam para Companhia, bem como quando seu valor e custos incorridos relacionados puderem ser mensurados de forma confiável.

Os preços de serviços são fixados com base em ordens de serviços ou contratos. A receita da Companhia é composta basicamente por serviços de frete ferroviário, de frete rodoviário, de transporte de contêineres e elevação portuária, motivo pelo qual os critérios acima são normalmente atendidos na medida em que o serviço logístico é prestado.

ii. Receita diferida

A Companhia possui receita diferida recebida de clientes visando investimento em ativo permanente em contrapartida de um contrato de serviço de transporte ferroviário, exigindo desempenho futuro de serviços pela Companhia.

A seguir, é apresentada uma análise da receita da Companhia:

	31/12/2020	31/12/2019
Receita bruta na venda de serviços	93.343	113.601
Impostos e deduções sobre venda de serviços	(10.626)	(14.744)
Receita operacional líquida	82.717	98.857

A Companhia presta serviços no mercado interno brasileiro, para entidades privadas. Os acordos com clientes estabelecem preços substancialmente fixos por toneladas transportada ou elevada. Os serviços prestados pela Companhia possuem curtíssimo prazo de execução, sendo a receita auferida e registrada na medida em que os serviços são executados. Quanto à natureza dos serviços prestados, a receita líquida tem a seguinte composição:

Composição da receita líquida por serviço:

	31/12/2020	31/12/2019
Transporte de carga e acessórios	63.377	84.033
Outros	19.340	14.824
Receita operacional líquida	82.717	98.857

6.2 Custos e despesas por natureza

As despesas são apresentadas na demonstração do resultado por função. A reconciliação do rendimento por natureza / finalidade é a seguinte:

	31/12/2020	31/12/2019
Material de uso e consumo	(5.396)	(7.313)
Despesa com pessoal	(34.002)	(36.531)
Depreciação e amortização	(11.462)	(21.481)
Despesas com serviços de terceiros	(13.299)	(11.022)
Despesas com transporte e elevação	(21.284)	(11.792)
Outras despesas	(10.064)	(14.936)
	(95.507)	(103.075)
Custo dos serviços prestados	(90.613)	(96.236)
Despesas comerciais	(6)	33
Despesas gerais e administrativas	(6.936)	(6.872)
	(97.555)	(103.075)

6.3 Outras (despesas) receitas, líquidas

	31/12/2020	31/12/2019
Efeito líquido das demandas judiciais	(6.152)	(4.093)
Recuperação de sinistros	6.889	-
Perda por redução ao valor recuperável líquido (Nota 5.10)	(160.474)	(16.815)
Créditos fiscais extemporâneos	773	2.459
Outros	(1.223)	1.365
	(160.187)	(17.084)

6.4 Resultados financeiros

Política contábil:

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, dividendos, ganhos no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ganhos em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de ganhos líquidos previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes. A receita de juros é reconhecida na medida em que é reconhecida no resultado, usando o método da taxa efetiva de juros.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos, liquidação do desconto de provisões e diferimento, perdas na alienação de ativos financeiros disponíveis para venda, perdas do valor justo de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas em ativos financeiros (que não sejam contas a receber), perdas em instrumentos de *hedge* que são reconhecidos no resultado e reclassificações de perdas líquidas anteriormente reconhecidas em outros resultados abrangentes.

Custos de empréstimo que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais em ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receita financeira ou custo financeiro, dependendo se as flutuações líquidas da moeda estrangeira resultam em uma posição de ganho ou perda.

Os detalhes das receitas e custos financeiros são os seguintes:

	31/12/2020	31/12/2019
Custo da dívida bruta		
Juros e variação monetária	(1.367)	(2.792)
Amortização do gasto de captação	(118)	(568)
Fianças e garantias sobre dívidas	(368)	(911)
	(1.853)	(4.271)
Rendimentos de aplicações financeiras	792	2.372
	792	2.372
Custo da dívida, líquida	(1.061)	(1.899)
Outros encargos e variações monetárias		
Juros sobre outros recebíveis	6.154	13.308
Arrendamento e concessão	(43.895)	(81.231)
Passivo de arrendamento	(21.260)	(27.088)
Despesas bancárias e outros	(11.171)	(8.730)
Juros sobre contingências e contratos comerciais	(3.902)	(2.560)
Juros sobre outras obrigações	(1.562)	(1.575)
	(75.636)	(107.876)
Resultado financeiro, líquido	(76.697)	(109.775)
Reconciliação		
Despesas financeiras	(83.665)	(125.455)
Receitas financeiras	6.968	15.680
Resultado financeiro, líquido	(76.697)	(109.775)

6.5 Prejuízo por ação

Política contábil:

a) Lucro básico por ação

O lucro básico por ação é calculado dividindo-se:

- i. o lucro atribuível aos proprietários da empresa, excluindo quaisquer custos de serviço de patrimônio que não sejam ações ordinárias; e
- ii. pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação durante o exercício, ajustada pelos elementos do bônus em ações ordinárias emitidas durante o ano e excluindo as ações em tesouraria caso possua.

b) Lucro diluído por ação

O lucro diluído por ação ajusta os valores usados na determinação do lucro básico por ação para levar em conta:

- i. o efeito depois do imposto sobre o rendimento dos juros e outros custos de financiamento associados a potenciais ações ordinárias diluidoras; e
- ii. o número médio ponderado de ações ordinárias adicionais que estariam em circulação, assumindo a conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras.

O resultado básico por ação é calculado dividindo o resultado líquido pelo número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O resultado diluído por ação é calculado mediante o ajuste do resultado e do número de ações pelos impactos de instrumentos potencialmente dilutivos.

A tabela a seguir apresenta o cálculo do resultado por ação (em milhares, exceto valores por ação) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019:

	<u>31/12/2020</u>	<u>31/12/2019</u>
Numerador		
Resultado líquido do exercício	(249.674)	(131.087)
Por ação ordinária	(239.549)	(125.771)
Por ação preferencial	(10.125)	(5.316)
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações ordinárias	459.058	459.058
Média ponderada de número de ações	19.402	19.402
Resultado básico e diluído:		
Por ação ordinária	(0,52183)	(0,27398)
Por ação preferencial	(0,52183)	(0,27398)